

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A central nuclear de Almaraz, localizada a 100 km da nossa fronteira, constitui hoje a mais séria ameaça ao rio Tejo, e uma enorme preocupação para o nosso país.

O prazo de validade da central foi já ultrapassado em 2011, quando completou os seus 30 anos de existência. Foi prorrogado até 2020 e agora o país vizinho prepara-se para voltar a prolongar o seu prazo de funcionamento, com a aprovação da construção de um novo armazém de resíduos nucleares anexo aquela Central.

Independentemente desta última circunstância, o PSD alertou e confrontou o Ministro do Ambiente expressando a sua enorme preocupação, sobretudo face aos incidentes reportados pelo Conselho de Segurança Nuclear espanhol, tendo aquele membro do executivo reagido então com indiferença e até ligeireza, afirmando que não estava preocupado com o assunto.

Por sua vez, a Assembleia da República aprovou em abril de 2016 a resolução n.º 107/2016, que recomendava ao Governo português que intervisse junto do Governo espanhol e das Instituições Europeias no sentido de proceder ao encerramento da Central Nuclear de Almaraz.

Só muito tardiamente o Ministro do Ambiente decidiu efetuar diligências no que toca a este assunto, que se revelaram infrutíferas.

De acordo com uma nota inserta no Portal do Governo, datada de 17.01.2017, o Governo pediu à Comissão Europeia a suspensão dos “trabalhos de construção do armazém de resíduos nucleares de Almaraz, para que a situação não venha a ser irrevogável, no pedido de intervenção que apresentou à Comissão pela violação da legislação europeia sobre impactos transfronteiriços no dia 16 de janeiro”.

Cumprе realçar que a Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Habitação e Poder Local, com os votos favoráveis dos deputados do PSD, aprovou a audição do Ministro do Ambiente sobre a posição de Portugal no caso da central

nuclear espanhola de Almaraz.

Esta audição está agendada para o próximo dia 24 de janeiro e, de acordo com deputados eleitos pelo Partido Social Democrata, revela-se essencial e indispensável que, em momento anterior à realização daquela o Parlamento disponha de toda a documentação atinente a este dossier.

Mais do que exigir uma vinda imediata de um ministro à comissão o PSD privilegia uma discussão séria, sustentada e devidamente fundamentada com base no conhecimento de toda correspondência trocada entre os dois governos e entre Portugal e a Comissão Europeia.

Termos em que, os deputados eleitos pelo Partido Social Democrata, abaixo identificados vem ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais em vigor requerer ao Governo na pessoa do Senhor Ministro do Ambiente, lhes seja facultada:

1. Cópia do pedido dirigido à Comissão Europeia para a suspensão dos trabalhos de construção do armazém de resíduos nucleares de Almaraz;
2. Cópia do pedido de intervenção que apresentou à Comissão pela violação da legislação europeia sobre impactos transfronteiriços;
3. Cópia de toda a correspondência trocada pelo atual Governo com o Governo Espanhol a propósito da Central Nuclear de Almaraz.

Palácio de São Bento, terça-feira, 17 de Janeiro de 2017

Deputado(a)s

BERTA CABRAL(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

MANUEL FREXES(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

EMÍLIA SANTOS(PSD)